O OBJETO EM FUGA: ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DO CONCEITO DE REGIÃO

Durval Muniz de Albuquerque Júnior*

Na historiografia brasileira há um conjunto importante de obras e de autores que se identificam ou são identificadas como pertencentes a historiografias regionais[1]. Muitos grupos de pesquisa se definem como praticantes de uma história regional[2]. Muitos Programas de Pós-Graduação em História trazem como linhas de pesquisa ou como preocupação de suas atividades de investigação o que seria o passado regional[3]. Notadamente nos Estados ou espaços que são vistos e ditos ou que se vêem e se dizem como periféricos, tanto em relação ao processo histórico, quanto à produção historiográfica do país, costumam proliferar as atividades acadêmicas, culturais, artísticas e políticas que reivindicam para si a identidade de regionais. Ao mesmo tempo em que o próprio conceito de região é pouco discutido, pouco problematizado. Como é comum, no discurso historiográfico, quando se trata de pensar os espaços, a região aparece como um dado da realidade que não precisa ser em si mesmo pensado ou problematizado, não precisa ser tratado historicamente. A região aparece como um dado prévio, como um recorte espacial naturalizado, a-histórico, como um referente identitário que existiria per si, ora como um recorte dado pela natureza, ora como um recorte político-administrativo, ora como um recorte cultural, mas que parece não ser fruto de um dado processo histórico. A história ocorreria na região, mas não existiria história da região. A história da região seria o que teria acontecido no interior de seus limites, não a história da constituição destes limites. A história regional seria aquela

* Universidade Federal do Rio Grande do Norte

[1] Ver, por exemplo, os historiadores reunidos em: GEBARA, Ademir. *História regional*: uma discussão. Campinas: UNICAMP, 1987.

[2] Ver, por exemplo, os grupos registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq: Documentação e Memória Regional (UFPB), Educação Regional: história e políticas (UNITAU), Espaço Urbano e Regional: Arquitetura e Cidades Ibero-Americanas (UNIRITTER), Estudos Regionais e Urbanos (FEE), Grupo de História Regional (PUC-Campinas), etc.

[3] Ver, por exemplo, os Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, da Universidade Federal da Grande Dourados, da Universidade Estadual de Feira de Santana, da Universidade Estadual do Ceará.

que aconteceria no interior das fronteiras regionais, não a história dos acontecimentos que produziram essas dadas fronteiras regionais. A região é tomada nestes discursos historiográficos como um *apriori* a partir do qual se reivindica um lugar acadêmico, um lugar político e um lugar epistemológico para o saber que eles produzem. A região serve de argumento de legitimação para o saber que é produzido em seu nome, numa operação circular de reconhecimento, já que este saber historiográfico repõe permanentemente a própria identidade regional, dando a ela um passado, uma memória, projetando-a para trás no tempo, dando a ela uma origem. A historiografia regional já nasce legitimada por brandir a região como seu objeto de conhecimento, como seu objetivo político e como aquilo que lhe dá um lugar no campo historiográfico: aquilo que define a sua singularidade e sua especificidade epistêmica; aquilo que lhe confere especificidade no tocante às regras de produção do saber no campo historiográfico. Literalmente, a região dá um lugar político e epistêmico à historiografia regional e esta dá um lugar a esta região no campo do saber e do poder.

A região se constitui, assim, num objeto fixo, já dado, um objeto evidente, não-problemático: um objeto constituído por uma realidade inquestionável, um referente de uma materialidade positiva e auto-expressiva. Na região existiriam problemas dignos de se tornarem preocupações de trabalhos de historiadores, mas ela mesma não seria um problema. Ela seria um dado facilitador para as necessárias demarcações e balizamentos espaciais requeridos pela pesquisa historiográfica. Acostumados a pensarem o tempo em seu movimento e em suas transformações, treinados em estabelecer e construir marcos temporais, os historiadores, quase sempre, têm negligenciado o espaço como dimensão constituinte dos próprios eventos históricos. O espaço dos historiadores tem sido, em grande medida, o espaço metafísico kantiano, o espaço como *apriori* da experiência e existência humanas. Tem sido o espaço geométrico, racional, liso, universal cartesiano. Tem sido o espaço, tal como definido por Bergson: morto, fixo, não-dialético, não conflitivo, imóvel, em contraposição ao tempo: rico, fecundo, vivo, dialético[4]. O espaço é visto como instância que nega o tempo, que subjaz à história, que resiste à mudança, notadamente naquelas versões da história que o vê a partir da chave da evolução, do progresso, do desenvolvimento orgânico, do avanço da consciência ou como resultado de um

[4] Para esta discussão, ver: MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005; SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço.* São Paulo: UNESP, 2002; FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: *Microfísica do poder*.4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

projeto de existência. As experiências espaciais, as relações espaciais, os fluxos e movimentos de espacialização, as implantações e deslocamentos no espaço não vêm fazer parte destas modalidades de narrativa historiográfica. O espaço, para os historiadores, tem sido pensado sob a chave do geográfico e o geográfico reduzido, em muitos casos, à dimensão física, à base empírica, aos condicionamentos naturais ou do meio, para usar um termo de largo uso nas ciências humanas, emergentes no século XIX. Somos formados numa tradição historiográfica em que o espaço é pensado como o lugar da imobilidade, como a garantia da própria perpetuação das memórias, que se inscreveriam em suportes espaciais para ganharem durabilidade, permanência, para garantirem sua monumentalização.

Mas se atentarmos para a arqueologia das noções espaciais, das metáforas e conceitos espacializantes que usamos, vamos encontrar a historicidade que habita estes conceitos. Vamos perceber o papel que a própria linguagem desempenha no estabelecimento, na elaboração e na reelaboração das noções espaciais que manipulamos e como estas dão origem a práticas espaciais, a ações em relação aos espaços, como estas noções espaciais são a base e dirigem projetos políticos, administrativos, culturais, éticos, estéticos que definem e delimitam fronteiras, domínios, territórios, lugares, regiões, nações. A noção de região, por exemplo, tem origem militar, vem do latim *regione*, e nomeava originalmente uma área sob o comando, que vem da palavra latina *regere,* de uma dada força militar, de uma dada legião romana, de um regimento. Ela se confunde, muitas vezes, com a noção de província, que vem do latim *vincere*, ou seja, território vencido ou habitado por povos vencidos, submetidos ao domínio romano. Mais tarde, nos finais da Idade Média, com a progressiva centralização do poder, região passa a ser o território, a área sob o domínio do rei, do latim *regio*, aquele que rege, que comanda, que governa. A palavra região remete, pois, a comando, a domínio, a poder. A região é um espaço sob um dado comando, sob um dado domínio, um espaço regido por alguém, governado por alguma força, a demarcação de um espaço sob controle, um espaço em que se exerce uma soberania, em que se estabelece uma dominação após uma vitória sobre um oponente: a região é espaço de luta, é fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo, de uma dominação. A região é fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, fiscais e militares. As regiões nascem, na antiguidade, à sombra dos exércitos[5].

[5] Ver, para esta discussão: FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.* ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*.3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2006.

Portanto, o historiador que se interessa pela região, por qualquer recorte espacial que assim é nomeado, deve estar atento para os afrontamentos políticos, as lutas pelo poder, as estratégias de governo, de comando, os projetos de domínio e de conquista que aí estão investidos, que fizeram parte de sua instalação e demarcação, que estabeleceram as fronteiras e os limites que agora podem reivindicar como sendo naturais, ancestrais, divinos ou legítimos. As regiões, portanto, não pré-existem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas. Falar em região implica em se perguntar por domínio, por dominação, por tomada de posse, por apropriação. Falar em região é também falar em subordinação, em exclusão, em desterramento, em banimento. Falar em região é se referir àqueles que foram derrotados em seu processo de implantação, àqueles que foram excluídos de seus limites territoriais ou simbólicos, àqueles que não fazem parte dos projetos que deram origem a dado recorte regional. Falar de região implica em reconhecer fronteiras, em fazer parte do jogo que define o dentro e o fora: implica em jogar o jogo do pertencimento e do não pertencimento. Fazer história da região é cartografar as linhas de força, o diagrama de poderes que conformam, sustentam, movimentam e dão sentido a um dado recorte regional.

Mas, por outro lado, não há comando sem um dado saber que o suporte: é preciso saber comandar, há uma arte do governo, que os gregos antigos identificavam com a própria política: a política era a arte de governar a si e a polis. O domínio para ser exercido exige uma sabedoria, uma perícia, um exercício que resulta numa dada experiência, num saber que deve ser registrado e acumulado. A conquista depende do emprego de uma dada estratégia, de uma dada tática, exige adestramento, exige um saber fazer que se aprende na prática e na repetição constante dos mesmos gestos e das mesmas ordens. Dirá Foucault[6] que não há poder sem a produção correlata de um saber, não há espaços de poder que não sejam imediatamente espaços de saber. Isto exige do historiador da região que se questione sobre os saberes que lhe deram forma, que lhe deram identidade, que a definiram, que a demarcaram, que lhe deram uma visibilidade e uma dizibilidade, que a nomearam, que a distinguiram, que a recortaram, que lhe deram rosto, características. Um dado recorte espacial é sustentado, expli-

[6] Ver: FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

cado, justificado, legitimado por dadas formas de saber, que se materializam em ações e discursos, práticas discursivas e não-discursivas. A região é, em grande medida, fruto dos saberes, dos discursos que a constituíram e que a sustentam.

O grande desafio que se coloca para a historiografia que se diz regional é o de não se constituir em mais um saber a repor acriticamente a pretensa identidade de uma dada região. A chamada história regional corre o risco permanente de se constituir em instância de veiculação e legitimação de um dado recorte regional, de se tornar um saber a serviço das forças, dos interesses e projetos políticos que deram forma ou que sustentam um dado espaço dito e visto como regional. A história regional pode facilmente ser aprisionada pelo dispositivo da identidade, pelo discurso da identidade. Ela pode, muitas vezes, sem se dar conta, ser o veículo da reposição de uma dada dominação sustentada por este discurso identitário. Muito recorrente é o aprisionamento da história regional ao que chamaríamos de ilusão referencial ou ilusão objetiva, ou seja, ela, quase sempre, tem uma enorme dificuldade em se apartar da idéia de que a região é um dado da realidade, um referente a partir do qual pode emitir seu discurso legitimamente; a região aparece, quase sempre aí, como um objeto pré-existente aos saberes que a conformam, aos discursos que lhe definem e lhe dão sustentação e existência. A região pode até ser pensada como passível de múltiplas versões, mas apenas uma delas seria capaz de dizer a verdade do regional, pois a região teria uma verdade e uma essência únicas, autênticas. Não é muito incomum que os ditos historiadores regionais embarquem no discurso do resgate, da busca das raízes regionais, da preservação das tradições, dos costumes ou do patrimônio regional. A região passa a ser uma conscrição, um imperativo, uma limitação dos seus discursos e de suas ações como historiadores. Eles se enredam no discurso do regional, no regionalismo, se tornam mais um saber a veicular esse discurso, mesmo se colocando no campo da ciência, da objetividade, da racionalidade, do saber crítico e politicamente engajado. A região, em certas formulações historiográficas, ganha a conotação de espaço vencido, de espaço subordinado, de espaço explorado, de espaço discriminado, portanto, com toda a potencialidade, assim como as classes dominadas, de quem inequivocamente recebe a projeção da imagem, de ser o espaço rebelde, de ser o espaço da resistência, de ser um espaço que se defende e que merece e exige defesa. É preocupante, no meu modo de ver, a escrita de uma historiografia que se propõe a defender a região, pois isto implica em defender a dominação que a insti-

tuiu, em se colocar do lado da dominação que a sustenta, em se tornar acrítica diante dos saberes que a legitimam e a justificam.

A região e sua reprodução passam, pois, pelo engajamento de forças sociais, de grupos sociais, de elites regionais, pela militância de indivíduos que subjetivam e participam do processo de subjetivação da identidade regional. A região, para realmente existir, para não ser um mero recorte político-administrativo, uma demarcação abstrata feita pelo Estado, que ninguém reconhece ou em nome do qual ninguém fala ou age, tem que existir para e nas subjetividades de quem a reconhece, a vivencia e de quem a pratica ou em nome dela discursa. A região não é uma mera rugosidade no espaço constituída pelo processo diferenciado de acumulação e de distribuição do valor na sociedade capitalista[7], embora os espaços façam parte das relações sociais de produção; embora existam dimensões espaciais nas atividades de produção, de circulação e de consumo, e existam vetores espaciais nos processos de acumulação, de expansão e de concentração da produção, do trabalho e do capital, como trata Harvey[8]. Mas isto não é o bastante para definir uma região. Se julgarmos que o sistema capitalista, pensado como uma forma de entidade ou enteléquia abstrata, como uma espécie de estrutura supra-humana, é quem produz as regionalidades, cairíamos em outra forma de naturalização dos espaços. Os espaços econômicos seriam pensados sem os seus aspectos políticos, simbólicos e subjetivos. Teríamos um espaço para o capital tal como sonharam os ideólogos burgueses e da modernidade: um espaço pensado como vácuo, como vazio de formas, como cenário a ser construído, montado e desmontado ao sabor da utilidade e da funcionalidade, um aspecto da realidade politicamente e subjetivamente neutro, quando nós historiadores sabemos que a história da espacialização do capitalismo é uma história de guerras, conquistas, colonizações, genocídios, de destruição da natureza e de inúmeras culturas humanas. A história da dominação espacial capitalista é uma história geopolítica, mas também uma história de colonização ou de catequese de subjetividades. O capitalismo coloniza não apenas os espaços externos aos homens, mas coloniza seus corpos, suas mentes, suas subjetividades. A região não é uma realidade natural, econômica ou política apenas: ela é uma construção cultural que se faz a partir e levando em conta estas outras dimensões do sublunar.

[7] Esta é a posição, por exemplo, da obra de: OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

[8] HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

A região, como diria Certeau[9], é um espaço praticado ou, como diz Fremont[10], é um espaço vivido. É uma territorialidade no sentido deleuziano, ou seja, nasce de investimentos de poder, de saber e de desejo[11]. Poderes, saberes e desejos nas esferas do econômico, do social, do político, do religioso, do ético, do moral, do artístico, do erótico, etc. A região, com o correlato regionalismo, implica investimentos afetivos, emocionais, passionais, pulsionais, imaginários, utópicos em uma dada territorialidade, ou seja, exige o investimento em uma dada territorialização da existência; exige a circunscrição de uma espacialidade como sendo o suporte para a vida subjetiva de um dado sujeito individual ou coletivo. O colocar-se na posição de sujeito de um dado discurso regional, no lugar de sujeito de dadas práticas ditas e vistas como regionalistas, regionalizantes ou regionalizadoras, implica em fazer deste recorte, ao mesmo tempo, material e imaginário, o suporte para vivências, para experiências, para atitudes, para emoções, para investimentos de desejo. A região é, ao mesmo tempo, um dispositivo de forças e saberes que aparece como externo aos sujeitos, que a eles se impõe de fora, que os limita, define e até cerceia. É uma estrutura no sentido levi-straussiano[12]: um mito que é vivido, praticado e materializado; uma narrativa que se encarna em coisas, pessoas, relações e instituições que a veiculam e a praticam; e também um elemento da subjetividade, uma matéria que conforma o que costumamos chamar de interior dos sujeitos. A região é uma dobra do social que vem constituir as subjetividades regionalistas e regionalizadas em sua invaginação. A região é também modos de pensar, modos de querer, modos de falar, modos de gostar, modos de preferir, modos de amar, modos de desejar, modos de olhar, de escutar, de cheirar, de sentir sabor e de sentir dor. A região se expressa em jeitos de corpos, em gestos, em modos de vestir, de se alimentar, de beber, de dançar, de andar, de se pôr de pé ou de sentar. A região ao ser subjetivada, ao ser encarnada, ela conformará os corpos e os processos subjetivos. A construção de uma dada identidade regional passa pela produção de subjetividades que a reconheçam e a incorporem não só como verdade e unidade externa ao ser, mas como aquilo que é a verdade e que dá unidade ao próprio ser. A regionalidade passa a ser vista como elemento ontológico

[9] CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I*: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994

[10] FREMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Lisboa: Almedina, 1980.

[11] DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo*: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996.

[12] LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. 6 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 2003.

dos próprios sujeitos que aí habitam. O ser mato-grossense do sul implica na admissão de que este espaço, esta condição de nascimento ou pertença, é definidora da verdade interior, do segredo mais íntimo, é atribuidora de diferenças ontológicas em relação a quem não nasceu ou não pertence a este espaço. A identidade regional implica um sentir-se regional, que mal esconde um desejo de ser regional, fruto daquilo que Deleuze[13] chama de necessidade de simulação de territórios que acompanha a espécie humana. Somos seres territoriais desde as mais recuadas formas de organização social humanas. O espaço, a habitação de um lugar, a prática de um lugar, a defesa de um espaço, a implantação espacial vem sendo uma característica da espécie humana. Vivemos espaços e sonhamos com espaços.

A região é também produto dos devaneios, dos sonhos, das utopias, dos investimentos imaginários, das simbologias, dos mitos, das lendas, das invenções poéticas e estéticas dos homens. Como dirá Bachelard[14], não podemos ignorar a dimensão poética dos espaços. Como diz Nietzsche[15], é a capacidade de estabelecer uma relação poética com o mundo que nos faz humanos, demasiadamente humanos. As regiões, como qualquer recorte espacial, qualquer instituição ou construção espacial humana, são produtos de elaborações poéticas, de elaborações que chamaríamos de ficcionais, não no sentido de que não teriam compromisso com a verdade, que seriam mentirosas, mas de que são produtos das operações de dotação de sentido com que os homens procuram dominar o caos das coisas à sua volta. As regiões nascem de investimentos de sentido, da produção de sentidos: nascem da busca por organizar o mundo, por ordená-lo, por esquadrinhá-lo, por classificá-lo, por dominá-lo. As regiões são invenções humanas visando ordenar seja a natureza, quando vêem e definem regiões naturais, como faziam os geógrafos franceses da primeira metade do século XIX[16], seja a sociedade, quando vêem regiões econômicas, regiões político-administrativas, regiões jurídicas, regiões morais ou regiões nosográficas. As regiões nascem das práticas de significação e de ordenamento do mundo feito pelos homens. Operações de significação que trazem imanente à sua realização estratégias de poder, de domínio, de controle, de separação, de inclusão e exclusão. A região é produto das elaborações poéticas, literá-

[13] Ver: DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. O liso e o estriado. In: *Mil Platôs*: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

[14] BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

[15] NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiadamente humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

[16] Sobre este tema ver: CHARTIER, Roger. *A beira da falésia*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

rias, pictóricas, teatrais, cinematográficas, midiáticas, escultóricas, icônicas, fotográficas, realizadas por aqueles que a tomaram como o objeto e o objetivo de suas práticas. A região, portanto, é um objeto em permanente construção e desconstrução, em constante movimento, embora seja uma característica dos discursos e das práticas regionalistas a busca da cristalização, da imobilização de uma dada forma, de uma dada significação ou definição para o regional. É comum que as forças regionalistas sejam reacionárias à história, vejam no tempo o principal inimigo da preservação do ser regional. A região é um objeto em fuga, como diz Manoel de Barros[17] sobre o Pantanal. A região é um espaço onde não se pode passar a régua: é espaço poroso, semovente, em constante formar-se e deformar-se, que pode vir a virar pó, que tem vocação para as traças. A região é um espaço cheio de areia, de formiga e sonho. Espaço sempre em transmutação. A região implica a construção de uma paisagem, que nasce do cruzamento de olhares, de uma rede de olhares, paisagem sempre pronta a desmoronar, a virar ilhas, arquipélagos, lagoas, istmos, lama, escória, escora para vidas em desalinho e em debandada.

Por isso, considero que a melhor forma do historiador lidar com a noção de região, a maneira de trabalhar com o regional, é através do procedimento da desconstrução. Fazer história do regional, para mim, não é afirmar a região; é colocá-la em questão, é suspeitar de sua existência naturalizada. Fazer história do regional, para mim, implica em colocar no tempo os espaços ditos e vistos como regionais, implica em pensar arqueogenealogicamente[18] as relações de poder e as distintas camadas de saber que vieram a se cristalizar, que vieram a dar contorno e realidade a um dado recorte regional. Fazer história do regional significa pensar que práticas discursivas e não-discursivas fizeram emergir em uma dada configuração histórica uma dada identidade regional. Os historiadores deveriam estar atentos para as dominações, para as relações de poder, para as alianças e dissensões, para as vitórias e as derrotas, para as lutas e conflitos que levaram à instituição de um dado recorte regional, que definiram suas fronteiras, que inventaram sua paisagem, que definiram o seu habitante, que nomearam, escolheram e instituíram o que seriam as suas manifestações culturais tradicionais, seus costumes e hábitos vistos como típicos, como autênticos, como

[17] BARROS, Manoel de. *Gramática expositiva do chão*: poesia quase toda. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

[18] Para o método arqueogenealógico ver: FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*, p. 15-38; *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

originais, como singulares e específicos. O historiador do regional seria aquele que poria em questão as versões, as identidades, as verdades, as essências atribuídas às regiões. Seria aquele que abriria estas espacialidades a novas possibilidades de significação, de nomeação, de apropriação, de simulação. O historiador do regional seria aquele que se voltaria contra qualquer cristalização do regional, que fugiria do gesto comum de alojar a região no passado, numa origem: seria aquele que tomaria o recorte regional como espaço de experiências aberto a horizontes de possibilidades outras. O historiador do regional o encararia como um campo de luta, que implica em assumir posições, em ocupar lugares de sujeito, em se postar no meio da batalha de ações e de discursos, de apresentações e de representações da própria região. O historiador da região é aquele que simula falar de seu interior para extrovertê-la, para levá-la até os seus próprios limites temporais e de sentido. O historiador do regional seria aquele que acompanharia desde o presente, num processo de retrodicção, as linhas de montagem deste artefato, deste construto regional. O historiador da região é aquele que investe em seu desmonte, em seu desmantelamento pedra a pedra. É aquele que, a marteladas, a retorna à dispersão de ações e de falas, de acontecimentos que foi lhe dando forma e realidade. É aquele que se nega a fazer de sua escritura mais um texto a veicular, a reproduzir, a traduzir, a simular o rosto da região. É aquele que se nega a falar em seu nome, em ser seu porta-voz, que se nega a colocar-se na posição de sujeito da região. A prática historiográfica que defendo é aquela feita para produzir o distanciamento daquilo que está muito próximo de nós, aquilo que nos constitui, que nos define e nos inventa. Fazer história do regional para mim é se afastar da imagem da região que habita a sociedade, a produção cultural, artística e acadêmica: é conseguir se afastar da região que constitui o corpo e a subjetividade do historiador que a escreve. O historiador do regional é aquele que trata do que lhe é mais próximo, do que lhe é mais caro, do que lhe é mais visto e sentido como sendo seu, para deles se afastar, conseguindo estranhá-los, torná-los estrangeiro, tratá-los como algo estranho, nunca visto, nunca conhecido.

A história do regional não pode ser uma história celebrativa, monumentalizadora, veiculadora de mitos e reafirmadora de identidades. Ela deve ser capaz de introduzir o estranho em nosso próprio ser, ela deve ser capaz de produzir o afastamento do que se vê, se diz e se sente como próximo. Ela deve ser capaz de abordar a região com o tropos da ironia[19],

[19] Para a relação entre tropos lingüístico e escrita historiográfica ver: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso.* São Paulo: EDUSP, 1994.

deixando à mostra sua face alegórica, a face arlequinal, carnavalesca, o rosto frankestaniano do regional. Uma historiografia do regional é aquela que elabora a história da região como sátira, como paródia dos relatos, das metanarrativas que construíram a dizibilidade e a visibilidade da região, como paródia dos discursos regionalistas: empolados, grandiloqüentes, tecnocráticos, competentes, politiqueiros, mas também, muitas vezes, crédulos, militantes, fascinados e fascinantes, engajados e românticos.

O historiador do regional tem que deixar de ser o historiador regional, aquele que aceita que o seu trabalho seja avaliado e definido a partir desta circunscrição espacial, que toma um dado espaço definido como regional para afirmar um espaço epistêmico próprio. No Brasil o lugar de historiador regional quase sempre é assumido por aqueles historiadores que vivem fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, que se consideram, portanto, afastados do centro da produção historiográfica nacional, daqueles que fariam história em nome da nação, que fariam a História do Brasil. Se reproduz, assim, em termos acadêmicos, uma divisão territorial do trabalho intelectual. Os lugares regionais e as posições de sujeito por eles implicados são assumidos como lugares de produção da historiografia, que reforça concomitantemente a situação de centro de distribuição de sentido para o histórico da produção carioca e paulista e a situação de periferia na distribuição de sentido para o histórico da produção de outras áreas do país. Ao se declararem autores, que produzem obras, que fazem pesquisa ou que militam em cursos regionais, estes historiadores estão repondo as relações de poder desiguais, piramidais, hierarquizadoras que separam os vários espaços ditos regionais do país. O mais lastimável é que esta introjeção, esta subjetivação do regional, do regional como periférico, como subordinado, como menor, implica na subjetivação de um complexo de inferioridade que faz estes historiadores assumirem a subalternidade, a se sentirem discriminados, quando não menores e com menor significação. Este complexo de inferioridade os faz já se considerarem, de saída, derrotados, antes mesmo que enfrentem as lutas que se travam no campo historiográfico, sejam lutas em torna de recursos, em torno de posições de poder, sejam em torno da enunciação da verdade.

O historiador do regional deve, acima de tudo, evitar aderir a qualquer discurso regionalista. Não porque esse seja uma mera ideologia, um discurso das classes dominantes a encobrir a verdade do regional, a evitar o desmascaramento das contradições de classe e do modo de produção como determinantes últimos ou verdades medulares de qualquer configuração

regional[20]. Pensar assim é achar que para além ou aquém da versão ideológica do regional existe uma região de verdade, uma região como realidade palpável, fora da linguagem e da ideologia, uma região definida por um único aspecto de sua elaboração, aspecto considerado motriz da sua historicidade: o fator econômico ou a luta de classes, quando estes são apenas alguns dos vários elementos que entram na invenção de uma dada região. O historiador deve se contrapor ao regionalismo não porque ele seja um discurso de mascaramento ou de falsificação, mas, pelo contrário, por ele ser um discurso de produção, de invenção de uma dada versão para o regional. O regionalismo é produtivo, não negativo. O discurso regionalista não impede que se veja a região: ele faz ver o regional; ele fabrica a região, não a esconde, encobre ou disfarça. Pois a verdade da região não se encontra num mergulho vertical em sua interioridade. A verdade da região é efeito de superfície; não é essência. É aparecimento, é emergência, é invenção epidérmica. Se o regionalismo é o conjunto das práticas discursivas e não discursivas que funda uma região, o historiador do regional deve engajar suas práticas de escritura, de ensino, de militância política em torno do afundamento da região, de seu questionamento enquanto identidade cristalizada, fazendo-a habitar o tempo, fazendo-a aparecer em seu caráter contingente, acontecimental, eventual, causal. Ele deve tomar a região como elaboração material e lingüística, como construção imagético-discursiva, como resultado de práticas múltiplas. Tomar a região como uma elaboração fruto de uma pragmática e de uma semiótica.

Por fim, acho fundamental que o historiador do regional questione permanentemente o próprio papel desempenhado pela historiografia, pelo seu discurso, por suas práticas, na reafirmação de uma dada identidade regional. É importante que ele problematize o papel que a elaboração de versões do passado, de memórias, de lugares de memória, que a invenção de tradições, que a elaboração de sujeitos e culturas regionais, tomando versões da história como base, tiveram e têm na formulação, veiculação, recepção, legitimação, justificação e introjeção de recortes regionais específicos. O historiador deve estar atento para os usos feitos dos textos historiográficos, de seu campo de saber, quando da elaboração de uma dada regionalidade. É preciso mapearmos o papel desempenhado pela historiografia na elaboração e realimentação das mitologias que sustentam

[20] Esta é a visão defendida pelo livro de: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino*. São Paulo: Moderna, 1984.

o discurso regional, que constituem a realidade da região, que vêm se alojar na subjetividade daqueles que habitam o que seria uma região ou que se definem a partir de um dado pertencimento regional. Neste aspecto, o ensino da história é um campo bastante sensível às demandas regionalistas, é um campo facilmente capturado pelo discurso do resgate ou da preservação das raízes regionais, pelo discurso da defesa ou da salvação do regional. Aí é um terreno onde se dá a produção de subjetividades reativas ao convívio com a diferença, que buscam sempre o idêntico, que são intolerantes com o que é visto como de fora, estranho, estrangeiro, exótico, invasivo, fora do lugar, com o migrante, com o nômade, com o que não é da terra. O professor de história tem a importante tarefa de pôr em questão os muros das identidades regionais, que nos dividem, nos separam, nos hierarquizam, alimentando preconceitos por origem geográfica e de lugar[21], alimentando os estereótipos regionalistas, que geram discriminação e ódio, desprezo e falta de solidariedade, que autorizam e legitimam a exploração e a violência sobre dados sujeitos regionais. Os regionalismos fazem parte dos inúmeros dispositivos inventados pelo mundo moderno para dividir, classificar e hierarquizar os homens, para melhor governá-los, explorá-los e dominá-los. A região é uma das inúmeras formas de aprisionamento às quais a sociedade burguesa deu origem. A história pode ser o discurso que fabrica e repõe as grades desta jaula, mesmo flexível, mas pode ser o discurso que nos ajuda a simular e experimentar a possibilidade de vê-la de fora, de seu exterior: um discurso que nos permita dela duvidar e dela se afastar, fazendo desta prisão casebres em ruínas, muros escalavrados e nós, como a lesma, recuperarmos a liberdade de irmos nus e úmidos, prenhes de novas trilhas, permitindo traçarmos novos caminhos brilhantes como a gosma do molusco pantaneiro[22].

[21] Ver sobre este tema: ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar*: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

[22] Referências ao poema O Caracol de Manoel de Barros. In: BARROS, Manoel de. *Op. Cit.* p. 165-166.